

CONTRATO ESTATAL N.º 072/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA E LIMPEZA DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DA COCEL EM TODA SUA ÁREA DE CONCESSÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL E SERGIO MIGUEL PEREIRA & CIA LTDA. ME.

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na Rua Rui Barbosa, 520, no Município de Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**,

[redacted] ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **SERGIO MIGUEL PEREIRA & CIA LTDA. ME**, sediada na Rua José de Paiva Vidal, 600, Vila Santa Terezinha, no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.255.451/0001-68, neste ato representada, pelo Sr. **SERGIO MIGUEL PEREIRA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º [redacted] ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1.1 Constitui objeto deste contrato a contratação de 20.000 (vinte mil) Homem/Hora, para a prestação de serviços de mão de obra pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, de roçada e limpeza embaixo das redes de distribuição da **CONTRATANTE**.

1.2 As atividades são aquelas listadas e descritas no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação n.º 048/2024, que é de conhecimento da **CONTRATADA**.

1.3 Este Contrato é decorrente da **Licitação nº 048/2024** e da Proposta Comercial de 26/08/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos objetos, definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

2.1.1 Edital de Licitação n.º 048/2024, de 31 de julho de 2024, e respectivos Anexos;

2.1.2 Proposta Comercial da **CONTRATADA**.

2.1.3 Todos os padrões, normas, manuais e especificações técnicas da **CONTRATANTE** necessários à execução do objeto deste Contrato disponíveis na Internet, no endereço eletrônico "www.cocel.com.br", considerados desde já como de conhecimento da **CONTRATADA**;

2.1.4 Matriz de risco.

2.2 Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE TRABALHO E PRAZOS

3.1 A **CONTRATADA** deverá dar início à execução dos serviços nos prazos previstos na autorização para execução, específica e vinculada a este contrato.

Parágrafo único: A **CONTRATADA** somente iniciará a execução dos serviços objeto deste contrato, após o recebimento de uma autorização por escrito para execução, emitida pela **CONTRATANTE**.

3.2 Somente será prorrogado o prazo de execução dos serviços se ocorrer qualquer dos seguintes eventos:

3.3 Suspensão temporária dos serviços por parte da **CONTRATANTE**;

3.4 Atraso na obtenção de licença (quando esta couber a **CONTRATANTE**) que interfiram na realização dos serviços;

3.5 Embargos de proprietários à passagem de turma que executará os serviços;

3.6 Chuvas que, a juízo da Fiscalização, prejudiquem o andamento normal dos trabalhos;

3.6 Impedimentos interpostos por autoridades Municipais, Estaduais ou Federais;

3.7 Ocorrência de casos fortuitos ou força maior, conforme definidos pelo artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único: A prorrogação no prazo de execução dos serviços não deverá ultrapassar o período de tempo que lhe deu causa.

3.8 A execução das atividades inicia-se na data de assinatura do contrato, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no **art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL**.

3.9 A **CONTRATADA** se compromete a executar os trabalhos descritos na Cláusula Primeira e seus anexos até o limite de Homem/hora e prazos citados no item 1.1.1.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E REAJUSTAMENTO

4.1 O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 04 de setembro de 2024, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com



fundamento no **art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.**

4.2 Em caso de prorrogação do prazo de execução dos serviços, o valor pela execução do objeto do presente contrato será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, tomando-se os valores originários e corrigindo monetariamente pelo **IPCA** ou outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A **CONTRATADA**, além dos demais encargos previstos neste contrato e em seus anexos que o integram, obriga-se a:

5.1.1 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste contrato de modo a conduzi-los eficientemente, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pela **CONTRATANTE** nos prazos previamente determinados e de acordo com as normas que regem o setor elétrico brasileiro;

5.1.2 Promover continuamente a sua organização técnica e administrativa de modo a conduzir este contrato com eficiência, qualidade e nos prazos determinados.

5.1.3. Conduzir a execução dos serviços em estrita observância às Normas e Manuais Técnicos da **CONTRATANTE**, às Normas da Legislação Ambiental Brasileira, às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho e às legislações federal, estadual e municipal.

5.1.3 Solicitar à **CONTRATANTE** que mantenha entendimentos com órgãos públicos para a solução de problemas relacionados à execução dos serviços.

5.1.4 Transportar às suas expensas, seu pessoal, ferramentas e equipamentos necessários aos serviços.

5.1.5 Efetuar as suas custas, quando necessário, a remoção de galhos, imediatamente após a execução dos serviços.

5.1.6 Correrá também por conta da **CONTRATADA** a responsabilidade sobre quaisquer outros danos que esta causar fora dos limites de execução dos serviços, devendo o pagamento ser efetuado diretamente por ela, mesmo que o referido encargo haja sido transferido a uma companhia seguradora.

5.1.7 A **CONTRATADA** não reivindicará da **CONTRATANTE** qualquer indenização por perdas e danos a bens de sua propriedade ou de terceiros sob sua responsabilidade.

5.1.8 Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte da **CONTRATANTE**, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços ou terceiros quando resultantes de imprudência, negligência, imperícia, ou dolo de seus empregados.

- Utilizar-se somente de pessoal habilitado para os serviços que se fizerem necessários para a execução do Contrato.

5.1.9 Responsabilizar-se pela roçada ou desmatamento da faixa de terreno ao longo das redes de energia elétrica, mediante autorização do órgão competente, de acordo com as Normas Ambientais e procedimentos da **CONTRATANTE**, seguindo orientação da fiscalização.

5.1.10 Atender às exigências do órgão fiscalizador do Município, no tocante às responsabilidades de sua competência, sujeitando-se às penalidades aplicáveis pelas consequências decorrentes do não cumprimento do disposto neste item.

5.1.11 Não utilizar-se do nome ou da imagem da **CONTRATANTE**, perante terceiros, para efetuar despesas, celebrar acordos, fazer declarações ou prestar informações.

5.1.12 Manter confidencialidade no que tange aos dados, processos, técnicas, documentos, informações cadastrais de unidades consumidoras, e quaisquer outras informações obtidas em decorrência da prestação de serviços, objeto do contrato, não podendo cedê-los, transferi-los, aliená-los, divulgá-los, sem prévio consentimento da **CONTRATANTE**.

5.1.13 Os deveres de confidencialidade e sigilo permanecerão em vigor entre as partes e, mesmo após o encerramento do presente contrato, se violados implica na aplicação de penalidades administrativas, sem prejuízo das sanções civis e penais correspondentes.

5.1.14 Manter, às suas expensas espaço devidamente equipado com mobiliário e telefone, para acomodação de seu pessoal e de seus equipamentos.

5.1.15 Responsabilizar-se pela guarda e segurança dos equipamentos e documentos que lhe forem confiados durante o período em que for necessária a sua utilização, devolvendo-os em perfeito estado quando for o caso ou ressarcindo-os em caso de dano ou furto.

5.1.16 Ao executar os serviços, objeto deste contrato, caso haja interpelação por parte do cliente, a **CONTRATADA** deverá identificar e esclarecer qual serviço será executado.

5.1.17 Sempre que necessário, a **CONTRATANTE** solicitará a presença do representante da contratada, para avaliação do desempenho dos serviços realizados.

5.1.18 Contratar todos os seguros a que estiver obrigada pelas leis brasileiras, em qualquer tempo, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

5.1.19 Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo a **CONTRATANTE** exigir o afastamento imediato de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja permanência seja considerada prejudicial à segurança na execução dos serviços, à imagem da **CONTRATANTE** ou às suas relações com autoridades ou particulares.

5.1.20 Indicar, por escrito, um representante devidamente credenciado, mantendo-o permanentemente no local da execução dos serviços para receber da **CONTRATANTE** as instruções, bem como proporcionar toda a assistência necessária à fiscalização dos serviços, sanando, de imediato, as irregularidades apontadas.

5.1.21 Utilizar-se somente de pessoal habilitado para os serviços que se fizerem necessários para a execução do Contrato.

5.1.22 Repassar aos seus empregados alocados na prestação dos serviços objeto deste contrato, as informações relativas aos meios de Comunicação Confidencial da **CONTRATANTE**.

5.1.23 Indicar, por escrito, um representante para interlocução entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, disponibilizando-o durante a vigência do contrato para receber e atender as determinações da Fiscalização e do Gestor do Contrato.

5.1.24 Não poderá ser responsável técnico do contrato, empregado pertencente ao quadro de funcionários da **CONTRATANTE**.

5.1.25 Qualquer alteração na composição da equipe deverá ser comunicada à fiscalização da **CONTRATANTE** para que seja providenciada a adequação documental de acordo com as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, a data para alteração deverá ser definido junto ao gestor do contrato, somente após análise e aprovação pelo setor de Segurança e Medicina do Trabalho.

5.1.26 Quando a **CONTRATADA** possuir colaboradores alojados devem observar as Normas Regulamentadoras do "MTE" para os requisitos mínimos de alojamento, serão realizadas inspeções periódicas pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá garantir o livre acesso ao alojamento que será solicitada pela **CONTRATANTE** diretamente a um dos usuários do local que deverá acompanhar as inspeções na data solicitada.

5.1.27 Fornecer gratuitamente e exigir dos seus empregados a utilização de uniforme e dos equipamentos de segurança individuais e coletivos, constantes nos Anexos.

5.1.28 Obedecer às exigências do Código de Trânsito Brasileiro, em relação ao transporte de pessoas, equipamentos e materiais.

5.1.29 Apresentar à **CONTRATANTE**, no momento da inspeção dos veículos e ferramentas cópia da apólice referente ao seguro dos veículos a serem utilizados para execução dos serviços (seguro contra terceiros).

5.1.30 Sinalizar adequadamente os locais onde estiverem sendo executados os serviços, conforme as exigências do Código de Trânsito Brasileiro, as Normas de Segurança e as Normas da **CONTRATANTE**, correspondentes.

5.1.31 Identificar os veículos empregados na execução do objeto deste contrato com a sua logomarca e fixar, somente durante o prazo de execução, os adesivos com a inscrição "a serviço da COCEL" adquiridos pela **CONTRATADA** conforme especificado pela **CONTRATANTE**.

5.1.32 Solicitar imediatamente a presença da fiscalização da **CONTRATANTE** em caso de acidentes em serviços ou que causem danos em bens de terceiros, para que sejam tomadas as devidas providências.

5.1.33 Suspender imediatamente os serviços sempre que assim determinado por qualquer empregado da **CONTRATANTE**, devidamente identificado, com o intuito de sanar risco

individual ou coletivo detectado. Quando não for possível sanar o risco, deverá paralisar definitivamente os serviços.

5.1.34 Atender integralmente ao Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para empresas contratadas.

5.1.35 Reparar ou refazer, exclusivamente às suas expensas, os serviços inadequadamente executados, sanando todos os defeitos dentro dos prazos estipulados.

5.1.36 Preencher e apresentar à **CONTRATANTE**, até o dia 15 (quinze) de cada mês, a planilha de registro de acidentes de trabalho com seus empregados, integrante ao Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para Empresas Contratadas, referente à informação de acidentes do mês anterior.

5.1.37 Em caso de ocorrência de acidentes do trabalho, deverão ser apresentados à **CONTRATANTE** o Formulário de Registro de Acidentes com Empreiteiras - RGE e a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, integrante ao Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para Empresas Contratadas, bem como a Ata da Reunião Extraordinária da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA da **CONTRATADA**.

5.1.38 Executar os serviços que possam implicar em interrupção de fornecimento de energia elétrica em alta e baixa tensão mediante programação elaborada pela **CONTRATADA**, devidamente aprovada pela **CONTRATANTE**, sempre respeitadas as instruções em vigor, as quais a **CONTRATADA** declara desde já ter pleno conhecimento.

5.2 Apresentar mensalmente à **CONTRATANTE**, sob pena de ser susgado o pagamento de qualquer fatura da **CONTRATADA**, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, compostos dos seguintes documentos, referentes ao mês anterior:

a) Folha de pagamento e comprovante;

1. Adiantamento salarial (conforme convenção coletiva de trabalho);

2. Salário (mensal) - (conforme convenção coletiva de trabalho);

3. Vale Alimentação/Refeição - (conforme convenção coletiva de trabalho);

4. 13º Salário (enviar no mês de janeiro para emissão do BMS);

5. *Férias (Enviar em oito dias úteis após a data de assinatura da mesma).

b) Guia de recolhimento do FGTS;

c) Guia de Recolhimento do INSS;

d) Guia de recolhimento do ISS;

e) Relação dos empregados que atuam diretamente na execução do objeto do contrato.

5.3 Não divulgar dados contratuais nem oferecer informações a terceiros sem autorização prévia da **CONTRATANTE** por escrito;

5.4 Apresentar à **CONTRATANTE**, até a emissão da primeira nota fiscal/fatura relativa aos serviços realizados, o instrumento de garantia das obrigações do presente contrato, no

valor de **R\$ 27.100,00 (vinte e sete mil e cem reais)**, equivalente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato na modalidade de Seguro Garantia;

5.4.1 No caso de prorrogação da vigência, a garantia deverá ser renovada por igual período e de acordo com o valor atualizado do Contrato.

5.4.2 Caso haja acréscimo no valor do Contrato, o valor da garantia deverá ser suplementado no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor acrescido.

5.4.3 Disponibilizar à **CONTRATANTE** cópia do comprovante de quitação do prêmio junto à instituição financeira da garantia apresentada (no caso de seguro-garantia ou carta de fiança bancária). O comprovante de quitação deverá integrar a garantia apresentada à **CONTRATANTE**. No caso de parcelamento da quitação do prêmio, o comprovante deverá ser apresentado conforme o cronograma das parcelas.

5.4.4 Quando a modalidade de garantia escolhida pela **CONTRATADA** for a caução em dinheiro, o depósito deverá ser realizado em conta bancária, de acordo com os dados fornecidos pela **CONTRATANTE**. O depósito deverá ser identificado com o nome da empresa depositante e o respectivo CNPJ. O comprovante de depósito deve ser encaminhado, via e-mail para a área gestora do Contrato com cópia para a área Financeira.

5.4.5 A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída no prazo de até 90 (noventa) dias após a execução e recebimento definitivo do objeto contratual, mediante solicitação formal da **CONTRATADA** e apresentação de certidão negativa de regularidade com o INSS e FGTS.

5.4.6 A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

5.4.7 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;
- b) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

5.5 Além das demais obrigações assumidas neste Contrato caberá também à **CONTRATADA**:

5.5.1 Submeter-se à inspeção, da qual participarão exclusivamente a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, para confirmar o ferramental e pessoal técnico por turma, conforme descrito no Edital e seus anexos.

5.5.2 Por ocasião da inspeção, a **CONTRATADA** deverá apresentar os equipamentos, ferramentas e veículos necessários para execução do objeto licitado, conforme Edital, os

quais poderão ser de sua propriedade ou de terceiros, sendo, neste último caso, necessária a comprovação da locação ou cessão.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Constituem obrigações da **CONTRATANTE** durante a vigência do presente contrato:

6.1.1 Pagar as faturas de serviços da **CONTRATADA**, emitidas conforme este Contrato e nos prazos aqui estabelecidos;

6.1.2 Fornecer em tempo hábil à **CONTRATADA**, todas as informações e documentos técnicos, em cópias suficientes, necessários para a execução dos serviços objeto do presente contrato;

6.1.3 Fornecer, a qualquer tempo e com o máximo de presteza mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

6.1.4 Efetuar as medições dos serviços executados, a cada 30 dias, e emitir relatório para base de faturamento.

6.1.5 Realizar desligamentos, se necessários, para a execução dos serviços, de acordo com o item 5.1.38 deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA: PREÇOS E PAGAMENTO

7.1 O preço contratado para a execução dos serviços tem como base o custo do Homem/Hora.

7.1.1 O valor do Homem/Hora para o serviço previsto no item 1.1.1 da cláusula primeira do presente contrato é de **R\$ 27,10 (vinte e sete reais e dez centavos)**; totalizando **R\$ 542.000,00 (quinhentos e quarenta e dois mil reais)** para o total de 20.000 H/H.

7.1.2 O pagamento será efetuado através de Nota Fiscal/Fatura emitida pela **CONTRATADA**, com base na medição de serviço e devidamente certificada pela fiscalização da **CONTRATANTE**.

7.1.3 O valor do faturamento será calculado em função dos valores constantes das Medições, com base no preço unitário do Homem/Hora previsto na Cláusula Oitava.

7.1.4 O pagamento pela prestação dos serviços será efetuado no 8º (oitavo) dia útil subsequente ao mês da execução do serviço e da entrega da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, na sede da **CONTRATANTE**.

7.1.5 Havendo paralisação dos serviços por culpa da **CONTRATADA**, ou ainda, por motivos não previstos neste contrato, não será liberado o faturamento, até que a **CONTRATADA**, volte a assumir a execução dos serviços. Nesse caso a **CONTRATANTE** poderá determinar a conclusão de serviços através de mão-de- obra própria ou de terceiros. Se assim ocorrer e acarretar custos adicionais em relação aos inicialmente previstos, os mesmos serão debitados à **CONTRATADA**.

7.2 Fica desde já convencionado que a **CONTRATANTE** somente pagará a quantidade de do Homem/Hora, efetivamente realizados e aceitos pela fiscalização da **CONTRATANTE**, não cabendo nenhuma indenização caso não seja atingido a quantidade **TOTAL** acima mencionado.

CLÁUSULA OITAVA: PENALIDADES

8.1 O não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, garantida a previa defesa na forma da lei, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

8.1.1 Multas relativas à execução dos serviços:

8.1.1.1 Quinze (15) vezes o valor unitário da U.S. por hora ou fração de hora por: atrasos e ausências da equipe durante a jornada de trabalho; deixar de comparecer para cumprir a jornada de trabalho por motivo de falta do funcionário, quebra de veículo ou até mesmo pelo fato de a equipe ser suspensa por não atender as condições mínimas para execução do trabalho, também por deixar de comparecer ou comparecer para cumprir a jornada de trabalho com deficiência de equipamentos de segurança, ferramental, veículos e/ou pessoal necessários ou sem autorização para execução dos serviços.

8.1.1.2 Cento e vinte (120) vezes o valor unitário da US, por comparecer ao local dos serviços com deficiência de equipamentos de segurança, ferramental, veículos e/ou pessoal necessários à execução adequada dos serviços.

8.1.1.3 Cento e vinte (120) vezes o valor unitário da US, por falha na execução de serviços que reflitam em desligamento do sistema de distribuição de energia elétrica.

8.1.1.4 Quinze (15) vezes o valor da US para cada serviço realizado em desacordo com as normas estabelecidas pela COCEL.

8.1.1.5 Dez por cento (10%) do valor do contrato, por infringência dos deveres de sigilo e confidencialidade, sem prejuízo das demais sanções civis e penais correspondentes.

8.1.1.6 A não suspensão ou paralisação dos serviços, quando assim determinado por qualquer empregado devidamente identificado da COCEL, poderá incorrer, após análise realizada pela contratante, em multa no valor de 3% (três por cento) do valor do contrato ou rescisão contratual, dependendo da gravidade do fato.

8.2 Multas relativas ao desempenho insatisfatório do contrato:

8.2.1 Quando o desempenho parcial for maior ou igual a 6,0 e menor ou igual a 6,99, será aplicada multa de sete por cento (7%) sobre o valor correspondente ao total de US efetivamente executada;

8.2.2 Quando o desempenho parcial for maior ou igual a 5,0 e menor ou igual a 5,99, será aplicada multa de oito por cento (8%) sobre o valor correspondente ao total de US efetivamente executada;

8.2.3 Quando o desempenho parcial for maior ou igual a 4,0 e menor ou igual a 4,99, será aplicada multa de nove por cento (9%) sobre o valor correspondente ao total de US efetivamente executada;

8.2.4 Quando o desempenho parcial for inferior a 4,0, será aplicada multa de dez por cento (10%) sobre o valor correspondente ao total de US efetivamente executada;

8.3 Multas relativas ao descumprimento das obrigações trabalhistas:

8.3.1 Dez (10) vezes o valor unitário da U.S. por dias de atraso no pagamento referente a adiantamento salarial (conforme convenção coletiva de trabalho);

8.3.2 Dez (10) vezes o valor unitário da U.S. por dias de atraso no pagamento referente ao Salário (mensal) – (conforme convenção coletiva de trabalho);

8.3.3 Dez (10) vezes o valor unitário da U.S. por dias de atraso no pagamento referente ao Vale Alimentação/Refeição – (conforme convenção coletiva de trabalho);

8.3.4 Dez (10) vezes o valor unitário da U.S. por dias de atraso no pagamento referente ao 13º Salário (enviar no mês de janeiro para emissão do BMS);

8.3.5 Dez (10) vezes o valor unitário da U.S. por dias de atraso no pagamento referente ao *Férias (Enviar em oito dias úteis após a data de assinatura da mesma);

8.3.6 Cento e vinte (120) vezes o valor unitário da U.S. por dia de suspensão por não cumprimentos dos requisitos mínimos referentes ao alojamento de funcionários.

8.4 Multas por inexecução do contrato:

8.4.1 Dez por cento (10%) sobre o valor do contrato, por inexecução total, inclusive quando motivada pela reprova na inspeção;

8.4.2 Dez por cento (10%) sobre o saldo do valor do contrato, por inexecução parcial; cinco por cento (5%) sobre o valor da garantia pela não apresentação desta no prazo e condições estabelecidas no item "Documentos" da Cláusula "Obrigações da Contratada";

8.4.3 Três por cento (3%) sobre o valor do contrato, em decorrência do descumprimento de quaisquer das demais obrigações assumidas, sobre as quais já não se tenha estabelecido penalidade.

8.4.4 Advertências por escrito, em decorrência do descumprimento de quaisquer obrigações assumidas.

8.4.5 Impedimento de participação em licitações no âmbito da COCEL, com a possibilidade de suspensão cadastral, por inexecução total ou parcial do contrato, em especial pelo descumprimento das obrigações contidas no Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para Empresas Contratadas.

I. A aplicação de multas e eventuais danos ou prejuízos causados à COCEL serão objeto de notificação e seu valor será deduzido dos pagamentos que esta vier a fazer à CONTRATADA. Não havendo crédito ou se for este insuficiente para cobrir a importância devida, deverá a

CONTRATADA efetuar imediatamente o recolhimento do saldo devedor, através de fatura emitida para este fim específico.

II. Os motivos de casos fortuitos ou de força maior deverão ser devidamente comunicados à **CONTRATANTE** e comprovados dentro de cinco dias a partir de sua ocorrência, para que possam ser analisados e considerados válidos, a critério da **CONTRATANTE**.

III. A aplicação de penalidades à **CONTRATADA** por órgãos externos competentes, relativas à execução do objeto deste contrato, poderá ensejar a adoção de medidas pela **CONTRATANTE**, inclusive a rescisão contratual.

IV. As penalidades aplicadas serão objeto de anotação no registro cadastral da **CONTRATANTE**, influenciando na habilitação para futuras contratações.

V. As multas estabelecidas nesta cláusula serão aplicadas ressalvada a responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais prejuízos excedentes, nos termos do artigo 416, parágrafo único, da Lei n.º 10406 de 10.01.2002 (Código Civil Brasileiro), cujo valor será apurado em ação própria e na fase processual adequada, caso não haja consenso entre as partes.

8.5 As sanções poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

I – por ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

II - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

III - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

IV - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.

8.6 Na aplicação das penalidades, **CONTRATANTE** considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da contratada, podendo deixar de aplicá-las, em parecer motivado, se admitidas as suas justificativas.

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

9.1 A **CONTRATADA** é responsável direta e exclusiva pela execução da totalidade dos serviços objeto do presente Contrato, inclusive pela administração, coordenação e fiscalização dos serviços, e consequentemente, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no exercício dessas atividades, venha direta ou indiretamente a provocar ou causar, por si ou seus empregados, ao Poder Público, a **CONTRATANTE** ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBCONTRATAÇÕES

10.1 A **CONTRATADA** não poderá subcontratar o objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

11.1 A **CONTRATADA** declara ter conhecimento das "Normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho para Empreiteiras", estabelecidas pelas normas e instruções pertinentes a matéria, obrigando-se a respeitá-las, bem como fazê-las cumprir, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 170 a 174 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 A **CONTRATANTE** poderá rescindir o Contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito a indenização, na ocorrência das seguintes hipóteses:

13.1.1 Não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos, plantas, desenhos, normas e recomendações ou prazos;

13.1.2 Cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

13.1.3 Subcontratação total ou parcial do seu objeto, sem observância do disposto na cláusula doze do presente contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação;

13.1.4 Imperícia, negligência, imprudência ou desídia, por parte da **CONTRATADA**, na realização dos serviços ora contratados;

13.1.5 Interrupção dos serviços, por exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, por mais de 10 (dez) dias consecutivos, sem comprovada justificativa apresentada a **CONTRATANTE** por escrito e por ela aceita;

13.1.6 Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa **CONTRATADA** que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste Contrato;

13.1.7 Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da **CONTRATADA**;

13.1.8 Citação da **CONTRATADA** em Edital de Protesto, emissão de cheques sem a suficiente provisão de fundos ou qualquer outra condição assemelhada que caracterize dificuldade financeira da **CONTRATADA** e que venha refletir em prejuízo ao andamento normal dos serviços;

13.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATADA**, ou situações de força maior ou caso fortuito que impossibilitem a **CONTRATADA** de cumprir com suas obrigações;

13.1.10 Aplicação de multas que, acumuladas, ultrapassem a 1% (um por cento) do valor deste Contrato;

13.1.11 Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, assim como a de seus superiores.

13.2 A rescisão do presente contrato poderá se dar sob quaisquer das formas previstas conforme disposto no Edital, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL e na Lei nº 13.303/16, com as consequências neles previstas.

Parágrafo Único: Caso ocorra a rescisão do Contrato, tácita ou expressamente, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** apenas os valores dos serviços executados e aceitos até a data da rescisão, sem que haja qualquer direito à reclamação ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEIS E REGULAMENTOS

14.1 A **CONTRATADA** será responsável e indenizará a **CONTRATANTE** e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus profissionais.

14.2 A **CONTRATADA** será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento à lei, relativos à prestação dos serviços para cumprimento deste **CONTRATO**.

14.3 Aplicam-se a este contrato as disposições: do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, Lei nº 13.303/16, Lei nº 8.078/90, Lei nº 8.137/90, Lei nº 8.429/92, Lei Complementar nº 123/06 e outras legislações quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: NOVAÇÃO

15.1 A não utilização por parte da **CONTRATANTE** de quaisquer direitos a ela assegurados neste **CONTRATO** ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

15.2 Todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE** neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

16.1 A **CONTRATANTE** exercerá ampla fiscalização sobre os serviços contratados através de seus representantes devidamente credenciados aos quais a **CONTRATADA** facilitará o desempenho de suas funções. Fica, porém, entendido, que a orientação e a fiscalização dos trabalhos por parte da **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços, observando-se os preceitos de boa técnica a fim de dar aos mesmos absoluta segurança e perfeito acabamento.

16.2 Os representantes da **CONTRATANTE** terão poderes para fiscalizar a execução dos serviços e, especialmente, para:

16.2.1 Sustar qualquer serviço em execução que, comprovadamente, não esteja sendo executado com boa técnica ou que ponha em risco a segurança pública ou bens da **CONTRATANTE** e de terceiros;

16.2.2 Recusar quaisquer trabalhos que difiram dos padrões exigidos pela **CONTRATANTE**;

16.2.3 Controlar a execução dos serviços, verificando se o pessoal, ferramentas e equipamentos serão suficientes para sua realização dos serviços;

16.2.4 Cientificar, por escrito, a fiscalização da **CONTRATANTE**, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no local dos serviços.

16.3 Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações relacionadas com a execução dos serviços feitas pela fiscalização da **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou vice versa, nas hipóteses em que couber, somente produzirão efeitos vinculatórios desde que processadas por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS

17.1 A **CONTRATANTE** poderá, em qualquer ocasião, suspender a execução do(s) serviço(s) previstos no objeto do contrato, através de comunicação por escrito à **CONTRATADA**:

17.1.1 Quando da suspensão, caberá à **CONTRATADA** receber o valor dos serviços até então executados e aceitos pela **CONTRATANTE**;

17.1.2 Quando a suspensão, for causada por fato atribuído à **CONTRATANTE**, não assistirá à **CONTRATADA** o direito de pleitear pagamentos de quaisquer despesas resultantes da suspensão, ressalvados aqueles referente aos serviços até então e aceitos pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – TRIBUTOS

18.1 Todos e quaisquer tributos cuja incidência se relacione com o contrato ou seu objeto, além daqueles anteriormente mencionados, correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – VALOR DO CONTRATO

19.1 As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global estimado de **R\$ 542.000,00 (quinhentos e quarenta e dois mil reais)**, para todos os legais e jurídicos efeitos.

19.2 Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE**, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis:

Item orçamentário
2520.08.051

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA MATRIZ DE RISCOS

20.1 - Nesta cláusula definem-se os riscos e as responsabilidades entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, sendo que a matriz de riscos caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

20.2 - A **CONTRATADA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do Contrato, conforme hipóteses elencadas no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital.

20.3 - A **CONTRATADA** não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do Contrato quando estes competirem à **CONTRATANTE**, conforme estabelecido no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital.

20.4 - Ressalta-se que o Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

20.5 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a **CONTRATANTE** sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irão tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e
- e) Outras informações relevantes.

20.6 - Após a notificação, a **CONTRATANTE** poderá solicitar esclarecimentos adicionais à **CONTRATADA** e decidirá quanto à responsabilidade pelo ocorrido. A forma e o prazo para resolução serão acordados entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

20.7 - Avaliada a gravidade do evento, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, mediante acordo, decidirão quanto à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento estejam cobertas por Terceiro (Ex.: Seguradora), se houver.

20.8 - O reconhecimento pela **CONTRATANTE** dos eventos descritos no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente à **CONTRATADA**, não dará ensejo de

recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.

20.9 - As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pela **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA** em até 01 (um) dia útil ou conforme prazo específico definido em cláusula contratual, contados da data da ocorrência do evento.

20.10 - Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do Contrato, não previstos no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, serão decididos mediante acordo entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

20.11 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

20.12 - O Contrato poderá ser rescindido quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos do evento tenham sido tomadas e, mesmo assim, a manutenção do contrato tenha se tornado impossível ou inviável nas condições existentes ou, ainda, seja excessivamente onerosa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21.1 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se a cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável ("Dados Pessoais") vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD"), Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 ("Marco Civil da Internet"), Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019 ("Lei do Cadastro Positivo") e Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 ("Lei de Acesso à Informação"), conforme aplicável;

21.1.1 - Além destas obrigações, a **CONTRATADA** também deverá:

I - Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATANTE**;

II - Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a **CONTRATANTE** em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais;

III - Garantir que qualquer atividade realizada que utilize Dados Pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração ("Tratamento") resultante do objeto do presente Contrato, bem como o uso e

marketing de tais dados, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política LGPD, visando conformidade com a legislação brasileira e internacional de proteção de dados pessoais;

IV - Não realizar qualquer Tratamento de Dados Pessoais, resultantes da execução do Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais estipuladas no art. 7º da LGPD;

V - Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais;

VI - Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente Contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;

VII - Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais;

VIII - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar nenhuma das suas atividades de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do presente Contrato, sem o prévio e expresse consentimento da **CONTRATANTE**. Havendo subcontratação, a **CONTRATADA** deverá celebrar contrato por escrito com a subcontratada contendo as mesmas obrigações no que se refere à Proteção de Dados Pessoais dispostas no presente Contrato. Em caso de descumprimento pela subcontratada das obrigações em matéria de Proteção de Dados Pessoais que lhe incumbem nos termos do referido contrato por escrito, a **CONTRATADA** continua a ser plenamente responsável perante a **CONTRATANTE** pelo cumprimento destas obrigações;

IX - Comunicar a **CONTRATANTE** imediatamente e em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas em caso de incidentes e/ou vazamentos envolvendo dados resultantes do tratamento de Dados Pessoais obtidos para a execução do presente Contrato.

21.2 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** desde já pactuam que o descumprimento por uma das Partes, de qualquer Legislação de Proteção de Dados Pessoais, das políticas da **COCEL** ou das provisões contidas nesta cláusula gerará obrigação da Parte culpada em indenizar, defender e manter isento(a)(s) a(s) outra(s) Parte(s) e suas entidades afiliadas, conselheiros, diretores, executivos e empregados de todas as responsabilidades, perdas, os danos, prejuízos, custos, despesas, ações, processos, demandas, multas e penalidades decorrentes do descumprimento, por uma das Partes, de suas obrigações, declarações e garantias previstas nesta Cláusula, sendo que nenhuma limitação de responsabilidade eventualmente acordada neste Contrato será aplicada para as indenizações por descumprimento das obrigações desta Cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DA ÉTICA E INTEGRIDADE

22.1 - A **CONTRATADA** deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

22.2 – A CONTRATADA deverá conhecer os princípios éticos e compromissos definidos no Código de Conduta da **COCEL** - disponível em seu sítio eletrônico (<http://transparencia.cocel.com.br/codigo-de-conduta-etica/>). Dessa forma, não caberá à **CONTRATADA** quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei 12.846/2013.

22.3 – A CONTRATADA, sem excluir o dever da **CONTRATANTE**, está obrigada a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.

22.4 – A CONTRATADA se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio do Canal de Denúncias da **CONTRATANTE**, por telefone ou pelo e-mail:

a) 0800 726 2212

b) ouvidoria@cocel.com.br

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

23.1 A CONTRATADA compromete-se a cumprir as diretrizes da Declaração Universal de Direitos Humanos, garantindo que as suas atividades estejam em conformidade com os documentos aqui citados, conforme itens abaixo:

23.1.1 - Responsabilidade Social:

23.1.1.1 - Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, e envidar esforços junto aos seus fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido, inclusive quanto às obrigações expressas no compromisso pelo combate à escravidão promovido pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia;

23.1.1.2 - Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

23.1.1.3 - Não permitir a exploração sexual de crianças e adolescentes na sua área de influência;

23.1.1.4 - Não permitir a prática de assédio moral e/ou sexual no ambiente de trabalho, bem como de discriminação com relação a sexo, gênero, origem, raça, cor, condição física, saúde, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico, orientação sexual, ou quaisquer outras formas de discriminação, envidando esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores, e divulgando os canais de denúncia, próprios ou públicos;

23.1.1.5 - Garantir segurança e dignidade aos seus empregados, vinculados à execução deste contrato, no que diz respeito a: saneamento básico, higiene, transporte, alimentação e acomodação dos empregados vinculados à prestação do serviço.

23.1.2. Responsabilidade Ambiental:

23.1.2.1 - Proteger e preservar o meio ambiente e prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância, à legislação e normas emanadas das esferas federal, estaduais e municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), envidando esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores;

23.1.2.2 - Observar a Lei Federal nº 12.305, de 03 de agosto de 2010 e o Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, quanto ao correto gerenciamento (geração, segregação, manuseio, armazenamento, transporte e destinação) dos resíduos sólidos provenientes de suas atividades.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: GESTOR DO CONTRATO

24.1 Para efeitos deste Contrato, a **CONTRATANTE** designa como gestor o **Gerente da Divisão de Operação e Manutenção, Sr Adriano Zanin.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: FORO

25.1 Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente **CONTRATO** na data abaixo indicada, em 02 (duas) vias, e rubricam os demais documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, 27 de agosto de 2024.

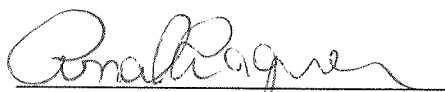

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

José Arlindo Lemos Chemin – Diretor Presidente


SERGIO MIGUEL PEREIRA & CIA LTDA. ME.

Sergio Miguel Pereira

TESTEMUNHAS:

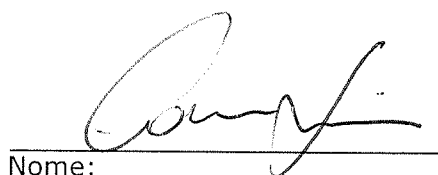


Nome: Ana Laura Lagner
CPF: Gerente Div. Logística e Compras



Nome:
CPF:

GESTOR DO CONTRATO:



Nome:
CPF:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – PARANÁ

Lei nº 2698/2015.

QUINTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2024.

ANO: XVI

EDIÇÃO Nº: 2771 - 55 Pág(s)

CONTRATADO (A): NEON COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., CNPJ/MF sob nº 51.342.615/0001-37.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de isolador tipo pilar.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: R\$ 9.912,00 (nove mil, novecentos e doze reais), valor global, o pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias, a contar da data da entrega dos bens.

FUNDAMENTO LEGAL: Regulamento Interno de Licitações e Contratos – COCEL.

DATA DE ASSINATURA: 23 de agosto de 2024.

CONTRATO ESTATAL N.º 071/2024

ORIGEM: Licitação nº 050/2024.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADO (A): STAR ELETRIC COMÉRCIO E REPRESENTANTE DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA., CNPJ/MF sob nº 16.736.444/0001-20.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de espaçador losangular.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: R\$ 7.470,00 (sete mil, quatrocentos e setenta reais), valor global, o pagamento será realizado prazo de 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias, a contar da data da entrega dos bens.

FUNDAMENTO LEGAL: Regulamento Interno de Licitações e Contratos – COCEL.

DATA DE ASSINATURA: 23 de agosto de 2024.

CONTRATO ESTATAL N.º 072/2024

ORIGEM: Licitação nº 048/2024.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADO (A): SERGIO MIGUEL PEREIRA & CIA LTDA. ME ELÉTRICOS LTDA., CNPJ/MF sob nº 03.255.45 /0001-68.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de roçada e limpeza das redes de distribuição da COCEL em toda sua área de concessão.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir de 04 de setembro de 2024.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: R\$ 542.000,00 (quinhentos e quarenta e dois mil reais), valor global, o pagamento pela prestação do serviço será efetuado no 8º (oitavo) dia útil subsequente ao mês da execução do serviço e da entrega da Nota Fiscal.

FUNDAMENTO LEGAL: Regulamento Interno de Licitações e Contratos – COCEL.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – PARANÁ

Lei nº 2698/2015.

QUINTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2024.

ANO: XVI

EDIÇÃO Nº: 2771 - 55 Pág(s)

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2024.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2023

ORIGEM: Licitação nº 031/2023.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADO (A): PROENGE ENGENHARIA PROJETOS ELÉTRICOS LTDA., CNPJ/MF sob n.º 27.600.125/0001-09.

OBJETO: Altera-se a Cláusula Sexta, item 6.1, considerando a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, bem como da Cláusula Décima, relativa ao preço, e por via de consequência a alteração da Cláusula Vigésima Quarta, item 24.1, referente ao valor global estimado.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: R\$ 3.247.200,00 (três milhões, duzentos e vinte e quatro mil e duzentos reais), valor global, o pagamento O pagamento será efetuado até 15 dias da emissão e entrega da Nota Fiscal, desde que os serviços executados tenham sido vistoriados e aceitos pela inspeção da contratante. O valor da US – Unidade de Serviço para o serviço previsto no lote único da cláusula primeira do presente contrato é de R\$ 41,43 (quarenta e um reais e quarenta e três centavos), para os serviços executados na área URBANA e de R\$ 49,72 (quarenta e nove reais e setenta e dois centavos), para os serviços executados na área RURAL.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 168 c/c artigos 175 a 177, todos do Regimento Interno de Licitações e Contratos.

DATA DE ASSINATURA: 02 de agosto de 2024.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESTATAL Nº 071/2022

ORIGEM: Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 047/2022.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADO (A): INEZ AUGUSTIN CASTAGNOLI, CPF sob o nº 503.725.219-91.

OBJETO: Alteração da Cláusula Quinta (item 5.1), relativa ao prazo, bem como da Cláusula Sexta, relativa ao preço pactuado no Contrato Estatual nº 071/2022.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: R\$ 1.044,98 (hum mil, quarenta e quatro reais e noventa e oito centavos), sendo o pagamento realizado mensalmente.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 168 c/c artigos 175 a 177, todos do Regimento Interno de Licitações e Contratos.

DATA DE ASSINATURA: 16 de agosto de 2024.

